

sem dúvida, um resultado interessante deste livro, é também porque abre perspectivas complementares. Na medida em que aceitemos que a institucionalidade formal do Estado somente se expressa em configurações sobre as quais incide por meio das interpretações que os próprios atores fazem dela, também podemos supor que essa institucionalidade formal surge de uma interpretação do que a sociedade espera de suas instituições coletivas (afinal, os processos políticos e os valores que estão inscritos “na lei” também se constituem em tramas relacionais com suas próprias contingências históricas e conjunturais). Desta forma, o Estado seria um processo inacabado em seus dois extremos: porque a implementação de seus enunciados é parcialmente contingente, e porque também existem contingências na maneira com que são configuradas as pautas que resultam em seus enunciados formais.

RUBIO, François Correa; CHAUMEIL, Jean-Pierre & CAMACHO, Roberto Pineda (eds.). 2013. *El aliento de la memoria: antropología e historia en la Amazonia Andina*. Lima/ Bogotá/ Paris: Institut Français d'Études Andines/ Universidad Nacional de Colombia/ Facultad de Ciencias Sociales/ Centre National de la Recherche Scientifique. 518 pp.

Anne-Gaël Bilhaut

Centro EREA de LESC (França)

El aliento de la memoria: antropología e historia en la Amazonia Andina reúne contribuições do congresso “Memória amazônica nos países andinos” (Bogotá, 4-6 de maio de 2011), abordando temas como a construção da memória, o papel da escrita e do escrito na construção da identidade, a invenção da memória, entre

outros temas relacionados com o passado, sua construção, narração e transmissão. Consegue destacar, desenvolver e questionar novas ideias úteis para a compreensão dos processos de construção da memória e da identidade dos povos indígenas de hoje em dia, tanto no nível político quanto no social.

As sociedades indígenas, não apenas na Amazônia andina, mas no nosso mundo conectado e globalizado, se posicionam agora politicamente pela escrita e na escrita: escritas cotidianas, burocráticas, livros escritos ou coescritos pelos membros da comunidade ou por ela solicitados respondem à necessidade de muitos povos de escreverem sua cultura, sua tradição, seu patrimônio, sua memória para apoiar suas demandas políticas. Além da escrita alfabetizada, existem as gravações e os filmes realizados e dirigidos pelos indígenas; o registro da memória em um território, na paisagem, em pedras, em sonhos ou em espaços que são *reservatórios* da memória. Em *Tradición, escritura, patrimonialización* (Bilhaut & Macedo 2012), os artigos evidenciaram o caráter fundamentalmente político da escrita para os indígenas. Fora da Amazônia andina, Macedo mostrou que no caso wayãpi (Brasil/Guiana francesa) a escrita, como modo de relação, reunia registros comunicativos diversos, tanto do grafismo wayãpi quanto do registro discursivo próprio da escrita. Enfim, permitiria a presença, a realização e o estabelecimento de relações com seres visualmente ausentes.

Em *El aliento de la memoria*, vários textos tratam do uso político da escrita e do escrito na construção ou na invenção da memória e da identidade – o foco desta resenha. Identificamos várias maneiras de usar a escrita e o escrito: como registro ou como objeto ritual; são expressões que funcionam como bases mnemotécnicas da memória social, bem como os mitos ou as paisagens, aponta Hugh-Jones.

Análises da escrita destacam a importância do livro como objeto ritual que contribuiria com um sistema complexo de intercâmbio ritual que estrutura as sociedades do Alto Rio Negro. Neste caso, a presença dos livros é resultado de anos de programas educativos e escolares que estimulam uma produção escrita de livros e manuais escolares, associada a uma organização política indígena e a uma produção documental crescente para redigir as candidaturas à patrimonialização de alguns bens culturais, como são as Cidades de Iauarete, num contexto descrito por Oscar Calavia no capítulo por ele desenvolvido.

A partir de uma reflexão ampla sobre as biografias coletadas pelos antropólogos nas regiões orientais da Colômbia, Roberto Pineda Camacho salienta a contribuição para a antropologia da colheita de biografias dos "atores históricos". Reivindica esse trabalho desde o ponto de vista de um ator histórico contemporâneo, e de sua própria recriação ou invenção do mundo. Interessa-lhe a *construção* dessa história e narração. Aponta que existem razões culturais que impedem os informantes de desenvolverem essa capacidade de narrar, que tem, por exemplo, Juan Andoque. Ele deve essa capacidade à sua própria condição de exiliado, à sua experiência da modernidade e à necessidade de recriar histórias pessoais depois da hecatombe da borracha, com a precisão de relembrar os antepassados, ao contrário do que acontece com muitas sociedades amazônicas que negam seus defuntos. No caso apresentado por Pineda, essa reconstrução a partir da biografia parece ser a que permite a sobrevivência da memória do grupo como tal e é eloquente a respeito das perspectivas de pesquisa abertas por meio de um trabalho mais sistemático sobre biografias, especialmente depois de traumas coletivos.

Para Juan Álvaro Echeverri, os Muinane evitam lembrar a época da borracha,

a Casa Arana, a violência – aquela dos senhores da borracha e aquela dos próprios indígenas com as correrias... Em uma viagem para "a terra de sua origem" feita por três anciãos muinane de três clãs diferentes, com nove jovens, Echeverri conseguiu distinguir duas maneiras de reconstruir a identidade: enquanto os anciãos realizavam conversas nos lugares mais emblemáticos da violência sofrida por seus pais e avós, sem referir essa violência, mas focando nos jovens, apresentando-os como a nova geração, esses mesmos jovens redigiam seu diário, desenhavam esses mesmos lugares, sem levar muito em conta o discurso dos anciãos. Para o autor, "isto implica tanto modos particulares da memória e da consciência histórica, como a construção de novas formas de identidade coletiva" – identidade que se constrói por meio da escrita e da educação das gerações futuras.

A relação entre o antropólogo e o informante foi destacada em vários artigos. Este é o caso do texto de Jean-Pierre Chaumeil (1998), que explica por que seu livro *Ver, saber, poder* "funciona" e como o informante tornou-se autor, e também como o livro serve de suporte para a memória: Alberto Proaño copiou depois de décadas seu próprio desenho e ajeitou-o, mostrando ao mesmo tempo que se o livro lhe permite lembrar palavras, orações, cantos para curar, ele é acima de tudo um suporte da memória que pode ser alterado por aquilo que aprendeu desde então. Daí, a aparição do "mundo do senhor Deus" na sua cosmologia. O poder do livro está relacionado com sua propriedade de suporte da memória, uma ferramenta mnemotécnica, especialmente dos cantos. Essa propriedade transformou o livro numa entidade *agentiva*, que pode ser utilizada como um encantamento para curar ou para matar (:459).

Sobre o "ser autor", Chaumeil escreve que Proaño não "produziu nenhum texto

escrito, em troca, utilizou, transformou à sua maneira, como 'autor', os escritos dos antropólogos para produzir de alguma maneira uma história ou uma obra pessoal" (:454). Sem ter escrito nenhum texto, Proaño consegue se apropriar do livro *Ver, saber, poder*, já que ele próprio, como informante, produziu a maioria dos dados.

O texto apresentado por Oscar Calavia sobre os relatos autobiográficos indígenas propõe várias perguntas: o autor tukano Gabriel Gentil, depois de ter publicado vários artigos e dois livros, nunca encontrou um editor para sua autobiografia, apesar de os manuscritos biográficos dos indígenas serem esperados pelas editoras. Depois de apresentar uma biografia social de Gentil, lembrando-nos que ele tinha nascido sem pai e de não ter realizado a iniciação, Calavia indica que muitas vezes os escritos indígenas são publicados para a coletividade e por ela, por meio da dupla mais comum do pai e filho, formando um *consensus* de "pessoas autorizadas" que representariam a transmissão do saber que pode ser difundido. Mas Gentil não tinha a aspiração de escrever um livro sobre o Tukano, como era esperado pelas editoras e pelo público de leitores; tratava-se de um texto pessoal – outro argumento para não ter sido publicado. Através desse exemplo, Calavia pôde distinguir aquilo que é publicado daquilo que não é publicado dentro dos escritos indígenas.

Os artigos reunidos neste livro tratam da relação entre antropologia, história e memória. A produção de escritos realizados por autores indígenas ou apropriados por eles representa um novo campo da antropologia que ainda falta pesquisar e analisar como tal. Conforme salientado em vários dos artigos deste livro, a voz dos indígenas não se deixava ouvir há décadas atrás: não lhes era passada a palavra, também não escreviam; muitas vezes não

se sabia quem eram os informantes dos antropólogos. A generalização do sistema educativo nas comunidades indígenas, a formação de professores indígenas e a constituição política dos dirigentes contribuíram, aos poucos, para a autonomia de sua expressão.

Algumas perguntas surgem sobre essa produção escrita indígena: A quem são dirigidos esses textos? Qual é o público? Quem compra esses livros? Quem os lê? Pela falha do sistema educativo nas comunidades indígenas, apesar de valorizarem o escrito, são poucos os indígenas que podem ler de maneira fluente e entendendo o que leem. Quando os livros são publicados em espanhol ou em português, o que pensar do público esperado? Em qual língua escrever quando o público procurado é "a minha própria comunidade" [...] que não é uma comunidade de leitores? Mas sim, tratando-se de um livro sobre eles, ou escrito por um deles, muitos vão querer um exemplar e guardá-lo como se fosse o cimento da sua tradição. Aqueles que irão comprá-lo são os universitários, inclusive – talvez em primeiro lugar – os antropólogos. Estamos interessados nessa escrita, na estrutura do texto, no conteúdo, mas também na forma. Interessa-nos confrontar o que eles escrevem com o que nós sabemos: como é escrito por eles, com quais palavras e ilustrações. Nós nos perguntamos como foi editado o texto original e quem o fez. E, enfim, por meio dessas perguntas, quem escreveu, quem participou da escrita, da construção da narração, da construção da memória? O livro *El aliento de la memoria* responde a algumas dessas perguntas que faltam pesquisar na antropologia amazônica. Esse novo campo da escrita indígena me parece essencial para entender como agora, no mundo globalizado onde moramos, os povos constroem e manifestam sua identidade.